

MANIFESTO EM DEFESA DA PETROBRAS E DA POLÍTICA DE CONTEÚDO NACIONAL NA EXPLORAÇÃO DO PRÉ-SAL

O COMITÊ GAÚCHO DE DEFESA DO PRÉ-SAL, atuando desde 2009 na defesa do pré-sal para os brasileiros, vem a público **reafirmar seu compromisso com a política pública de aproveitamento pelo Brasil dos benefícios propiciados pela cadeia produtiva do Pré-Sal**, num momento em que ela vem sendo fortemente atacada com a venda açodada de ativos estratégicos da Petrobras, que desestrutura a empresa, e com a redução da exigência de conteúdo nacional nos insumos necessários à produção do petróleo, que transfere emprego, renda e tecnologia para o exterior.

Esta não é a primeira vez que, forças favoráveis à total abertura de nossa economia ao capital internacional, se insurgem contra uma política que defende a soberania econômica nacional, organizando lobbies num momento de fragilidade de nossas instituições, para fazer avançar a presença do capital estrangeiro em uma área produtiva fundamental para a construção de um futuro digno e honrado para todos os brasileiros.

Hoje, este ataque à nossa soberania econômica torna-se ainda mais grave, na medida em que busca entregar a grandes empresas internacionais um dos maiores mananciais de riquezas e poder geopolítico do Brasil, capaz de alavancar o nosso desenvolvimento econômico e social.

A competência atingida pelo Brasil na extração do petróleo é fruto do empenho de várias gerações, que apostaram na viabilidade da exploração do Pré Sal, desde quando as teses sobre esta atividade eram tidas como uma miragem, até sua transformação em realidade. Este gigantesco patrimônio, que custou volumosos recursos financeiros e trabalho, pesquisa e talento de muitos brasileiros, hoje desperta a cobiça internacional, na medida em que ativos da Petrobrás, estratégicos para o País, são colocados à venda sem considerar o interesse nacional.

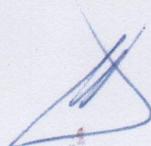
Num momento em que o país vive uma reconhecida crise nas instituições dos três poderes fundamentais da República, o governo federal, mesmo carente de apoio junto à opinião pública e com o presidente e vários de seus ministros sob investigação de corrupção, vem tomando, através da direção da Petrobras, iniciativas precipitadas de venda de ativos estratégicos e produtivos da Empresa, quebrando sua estrutura integrada, fragilizando-a.

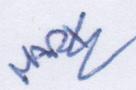
Para justificar esta venda é utilizado como argumento a necessidade de redução da dívida da Empresa. Porém, as regras mais elementares da economia validam a contratação de dívidas para o incremento de recursos para produção, já que eles propiciarão o crescimento de PIB e, na linha do tempo, serão capazes de liquidar as dívidas com redobradas vantagens. **O petróleo e sua cadeia produtiva são exemplos superlativos em todo o mundo do poder de dinamização da economia em seus muitos ramos.**

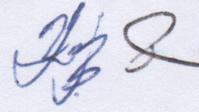
Os patrimônios petrolíferos, que rareiam no mundo, valerão em curto período de tempo muitas vezes o preço que hoje está sendo praticado, daí o interesse de empresas multinacionais em adquirir ativos da Petrobrás colocados no mercado a preços inferiores ao seu valor real.

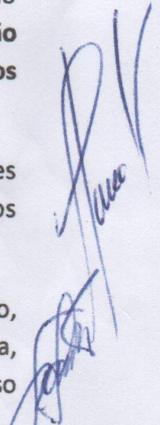
Reduzir o petróleo, como muitos o fazem, a simples combustível a ser queimado, é um gravíssimo erro, pois é a partir dos seus derivados que se produzem os insumos básicos para a cadeia petroquímica, ainda sem alternativa de substituição, para a produção de mais de 3.000 itens fundamentais ao nosso













processo civilizatório, bem como de fertilizantes e para a indústria farmacêutica. As petroleiras internacionais têm plena consciência da importância desta "commodity" para o desenvolvimento de diferentes setores da economia.

Para aqueles que defendem o desenvolvimento econômico do Brasil com soberania nacional, é **inaceitável também a política hoje executada pelo governo federal de redução da exigência de conteúdo nacional nos insumos necessários à produção do petróleo**, que obriga as empresas produtoras a adquirir uma elevada parcela de seus insumos das cadeias produtivas nacionais. A consequência desta redução é o alijamento do País na produção de centenas de bilhões de dólares em materiais e equipamentos, acarretando a perda de oportunidade no desenvolvimento de tecnologia nacional, na geração de empregos de qualidade e de renda. Exemplo disso é a indústria naval brasileira, que está sendo espartilhada, de forma semelhante ao que ocorreu nos anos noventa, e cada vez mais destruída, como ocorre hoje com o Polo Naval de Rio Grande.

A venda apressada de ativos estratégicos da Petrobras e a redução da exigência de conteúdo nacional nos insumos necessários à exploração do petróleo, altamente prejudiciais à soberania econômica nacional e ao povo brasileiro, estão sendo feitas, hoje, sem que tenha sido realizado um debate transparente com a sociedade brasileira.

Estas decisões estão sendo tomadas por alguns gestores públicos em gabinetes fechados, de forma acelerada, sem que instituições fundamentais como o Congresso Nacional, o Ministério Público Federal, o Tribunal de Contas da União, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, entre outras, investiguem, com o cuidado necessário, o diagnóstico em que se baseiam, os argumentos que apresentam e suas consequências para a soberania econômica do País.

Estas ações, que não foram aprovadas pelo voto popular como programa de governo nas últimas eleições presidenciais, tornam-se ainda mais graves pelo fato de estarem sendo realizadas por um governo federal cujo presidente, assessores diretos e ministros encontram-se sob investigação em processos de corrupção e sem o apoio da maior parte da opinião pública.

O Pré-Sal, que gera uma importante cadeia produtiva, é um recurso que a natureza nos legou e a competência brasileira viabilizou. **É um legado de todo o povo brasileiro, que deve beneficiar o conjunto dos Estados e Municípios do país, propiciando a educação, saúde e tecnologia necessários para o desenvolvimento sustentado do País e uma melhor e mais justa qualidade de vida de todos os brasileiros.**

A cadeia produtiva do Pré-Sal é fundamental para que **o Brasil seja capaz de implementar um projeto de desenvolvimento com inclusão social e soberania nacional**. Por isto vimos a público reafirmar nosso compromisso com a defesa da Petrobrás e da política de conteúdo nacional nos insumos para a exploração do Pré-Sal.

**O Pré-Sal tem que, DEFINITIVAMENTE, ser nosso,
contamos com o Vosso pleno e integral apoio.**

Porto Alegre, 16 junho de 2017.